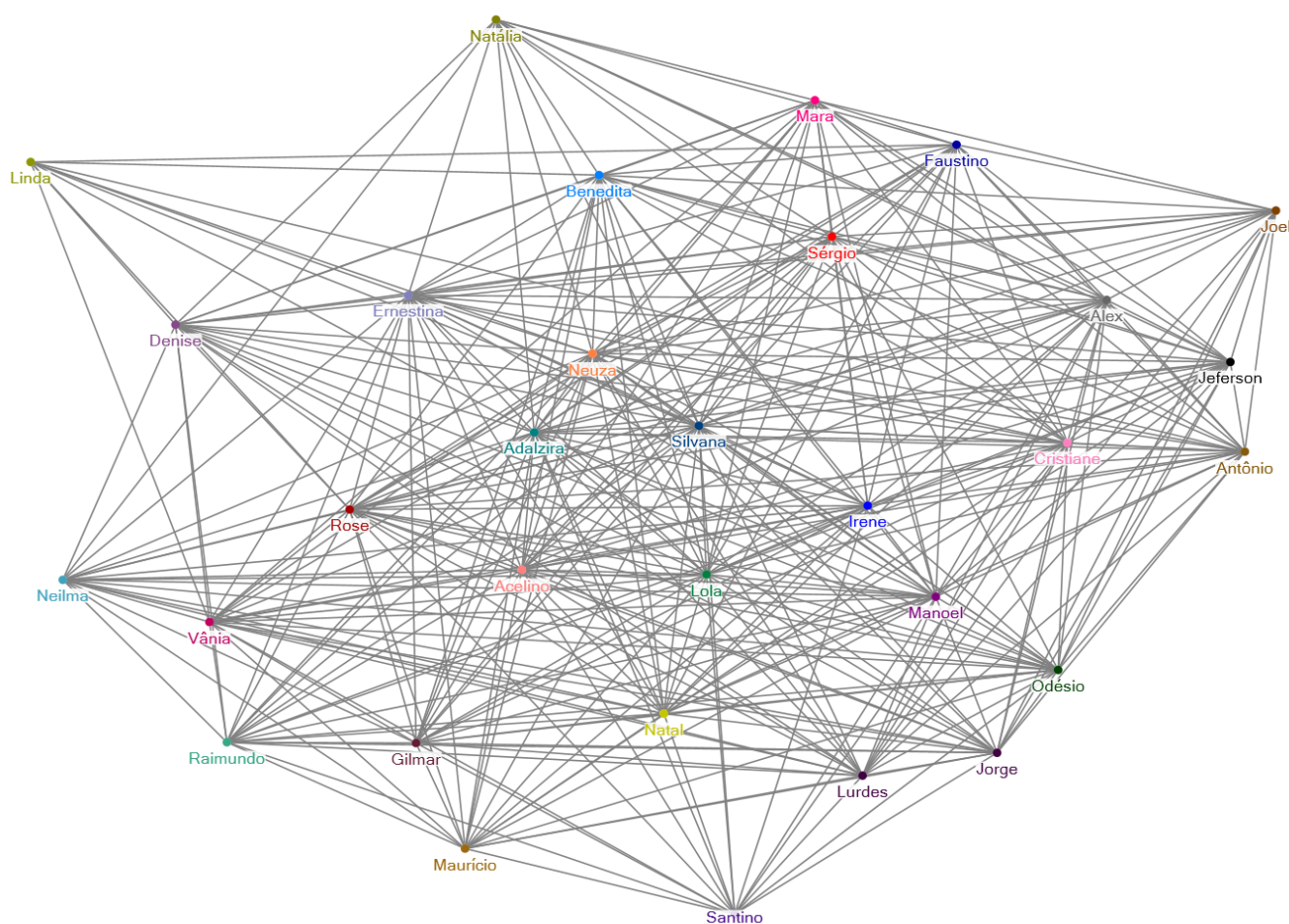


5 Anos de História

Uma breve Coletânea dos Reports sobre a Comunidade Autônoma de Renda Básica em Quatinga Velho

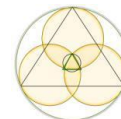


Created with NodeXL (<http://nodexl.codeplex.com>)



Marcus Vinicius Brancaglione e Bruna Augusto Pereira

2013



Quatinga Velho, de projeto-piloto à comunidade livre

–“Ora e porque você pede esmolas a uma estátua? Não vês que ela não te ouviu?”

–“É para me acostumar a falar com quem finge que não existo, e pedir para quem nunca me dará nada.” – respondeu o filósofo cínico (A vida de Diógenes de Cínopo)

RESUMO

Em Outubro de 2013 irão se completar 5 anos da experiência de Quatinga Velho. Muita coisa mudou deste então. Não apenas as condições de vida da pequena vila de Quatinga Velho em Mogi das Cruzes foram alteradas pela introdução de uma Renda Básica Incondicional de pessoa para pessoa, mas a própria instituição ReCivitas. De uma instituição nascida dentro do paradigma neoliberal do Terceiro Setor abraçou um ideal de socialistas utópicos, aparentemente apenas para também negá-lo afirmando a renda básica como práxis, ainda que com um simples gesto de cidadania. E como mais deveria sê-lo?

Mais uma vez desertávamos, mas não para as linhas inimigas, transgredíamos dos velhos espectros políticos para o espírito puro e libertário, mantendo a própria renda básica aplicada. Éramos agora liberais demais para esquerdas, comunistas demais para direitas, abnegados demais para os acadêmicos e utópicos demais para os pragmáticos. Definitivamente ao menos em território nacional, salvo o desvio padrão, conseguíamos a unanimidade da rejeição. A pequena demais Quatinga Velho não valia a pena ser considerada, e não o foi. Algo que nos motivou a perseverar, afinal tamanha unanimidade só poderia ser o indício de que deveríamos estar fazendo alguma coisa certa, senão com algum potencial revolucionário, ao menos subversivo, e fomos buscar apoio para além do encercamentos políticos econômicos nacionais.

Podemos dizer que esta foi talvez a decisão prática e simbólica mais importante do projeto, cruzar as fronteiras nacionais para tentar sobreviver abriu não apenas novas possibilidades, mas novas perspectivas não delimitadas por essas mesmas linhas geopolíticas. Redes de colaboração se formaram e fortaleceram. Laços de solidariedade internacional, universal e sem nenhum tipo de discriminação de raça, cor etnia, ou mesmo de classe social se consolidaram não no papel, mas em atos e conexões com todo o significado que pode ter o gesto de alguém que do outro lado do mundo se compromete com o pagamento de uma renda básica de um cidadão brasileiro, um gesto que nossos próprios representantes políticos são sequer capazes de compreender, o que se dirá de imitar.

Por isso, do estado só esperar enquanto mais pão e circo. Condicionalidades e condicionamentos travestidos de direitos e benesses. Eis, portanto aqui a síntese do que aprendemos com Quatinga Velho e a renda básica na prática: uma nova renda básica fora das definições teóricas, e concretizada se faz inseparável de sua metodologia, e é irrealizável sem uma cidadania plena de democracia radical. Renda num estado tutor que não respeita nem garante os direitos e liberdades fundamentais não é renda básica, é simplesmente a razão distribuída por uma instituição panoptica para seus internos, sempre tácita e implícita a obediência ao status quo. Renda básica sem dispositivos de autodeterminação e democracia direta que emancipem o indivíduo da dependência política além da econômica, não é renda básica, é benesse.



Coletânea dos Relatórios

O primeiro projeto-piloto do ReCivitas para Paranapiacaba nunca foi posto em prática, isto é, nunca chegou a efetuar nenhum pagamento. Desenhado dentro dos cânones do 3ºS com parcerias intersetoriais entre governo, sociedade civil e empresariado, o projeto não vingou e dele tiramos a nossa lição mais importante: há uma distancia enorme entre pregar um ideal e estar dispostos a botar a mão na massa ou no bolso para concretizá-lo.

Depois do lançamento em Abril de 2008, o ReCivitas continuou sozinho a tentar captar os recursos necessários para a criação de um Fundo de Sustentabilidade que manteria a experiência só com seus rendimentos. Nós, os coordenadores do projeto, passamos a gastar não apenas tempo, mas recursos pessoais que tínhamos e não tínhamos em reuniões, telefones, viagens de carro, papel; tudo em vão tentando cumprir a palavra empenhada. Gastávamos então uma quantia razoável para convencer empresas a investir no projeto, contudo as únicas contribuições que havíamos recebidos eram doações de pequena monta de pessoas físicas, suficiente, por exemplo, para bancar um minúsculo povoado com o de Taquarussu¹ - com não mais que 30 pessoas.

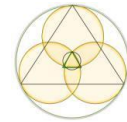
Foi neste momento que tomamos a decisão que iria mudar radicalmente o rumo do ReCivitas. E se pegássemos os recursos que gastávamos tentando convencer as pessoas de que a RB era uma boa idéia, e começássemos a pagar do nosso próprio bolso uma RB para uma comunidade que coubesse dentro dele?

Não tínhamos dinheiro para bancar Paranapiacaba, mas e para uma comunidade menor? O problema é que dificilmente encontraríamos uma comunidade tão pequena quanto nossos recursos, contudo se a comunidade concordasse em participar da experiência, poderíamos contar com a força do próprio ato para inspirar outras pessoas a contribuir com o projeto. O projeto poderia assim começar apenas com nossos recursos e aumentar o número de doadores com a divulgação do feito em redes e mídias sociais de forma a crescer na medida da participação da comunidade. Crescimento este também gradual e conforme os moradores de QV fossem adquirindo mais confiança no ReCivitas, no projeto e na RB.

Contudo o critério das possibilidades de recursos não era o único a ser considerado. Além da vontade da comunidade em participar, outros fatores eram igualmente fundamentais para o sucesso da experiência; como por exemplo o do controle das variáveis que faziam de uma comunidade relativamente isolada e pequena a melhor escolha.

De fato precisávamos controlar certas variáveis se quiséssemos ter uma maior certeza de que os efeitos observados advinham da RB e não de outras causas. Assim como levantar com facilidade e a qualquer tempo os dados sobre os efeitos da ação, não apenas com fim de mensuração, mas para ter um feedback praticamente instantâneo que nos permitisse quando necessário redefinir nossas ações e próximos passos.

Também foi objeto de nossa consideração que uma comunidade mais isolada reduzia o temor da RB provocar uma migração desordenada para a localidade. Risco que se mostrou



inexistente, em nosso projeto, até pela pequena monta da RB paga, mas que até então, sem referenciais anteriores, era uma possibilidade que não poderíamos descartar de antemão.

Além disto, precisávamos também adequar o projeto a certas contingências, relacionadas sobretudo as limitações estruturais e operacionais do ReCivitas: a comunidade em questão não poderia estar afastada demais da nossa base de operações (e casa) em Paranapiacaba. Limitações prosaicas como esta de não estarmos localizados dentro ou extremamente próximos da localidade; somadas a dificuldade de acesso, ou ainda a ausência de um posto bancário próximo; representaram ao longo do projeto, um custo operacional que poderia e deveria, havendo claro, condições para tanto, ser eliminado.

Todavia outras variantes que em princípio eram obstáculos a ser evitados ou superados, acabaram se tornando, uma vez superados, vantagens a serem incorporadas no modelo do projeto. A saber: A limitação dos recursos levou-nos a elaborar um projeto extremamente eficiente do ponto de vista do custo-benefício. A equipe de campo reduzida, ora com 1 ora com 2 pessoas, nos levou a adotar a estratégia de trabalho em célula, que nos deu velocidade e capacidade de resposta e adaptação cruciais ao sucesso do projeto.

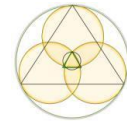
E por fim, o número reduzido de pessoas vivendo em QV permitiu também o desenvolvimento de um modelo de autogestão baseado em democracia direta que consideramos a chave para alguns dos importantes resultados mensurados sobre o desenvolvimento humano e do capital socialⁱⁱ. Facilitando inclusive que pudéssemos focar nosso trabalho e avaliações não em quantidades e números, mas em qualidade e pessoas, conforme os novos paradigmas do 3ºS.

Buscamos outras comunidades, e após um ou outro revés, o parceiro do ReCivitas, Paulo Villas-Boas, sobrinho do famoso indianistaⁱⁱⁱ, nos indicou uma localidade em Mogi da Cruzes que poderia vir a atender nossos critérios.

Nossa primeira reunião foi, como se poderia imaginar, insólita. Dois estranhos, se propondo a pagar um dinheiro para todos que morassem em QV e quisessem receber era algo no mínimo suspeito, ainda mais vindo de ONG^{iv}. Assim contrariando o dito “de graça até injeção na testa”, muita gente inclusive que aparentemente precisava do dinheiro, não começou a participar do projeto enquanto não teve certeza de que a coisa era séria e, sobretudo, honesta- conforme os mesmo nos vieram a relatar em conversas posteriores.

Esperávamos esta reação, e até certo ponto contávamos com ela. Sabíamos pela experiência da BL que somente com o tempo e com a ação regular e reiterada teríamos a confiança dos moradores. Algumas das pessoas mais participativas do projeto preferiram esperar até 4 meses antes de decidir entrar para o projeto. Em nossa primeira reunião das 40 pessoas presentes 27 decidiram fazer parte do projeto imediatamente. Assim em 25 de Outubro de 2008 realizaríamos o primeiro pagamento de uma RB Incondicional no valor de 30 reais diretamente de pessoa para pessoa.

“Quase todo o trabalho de campo é feito por mulheres não apenas por sua sensibilidade maior, quanto pelo fato de que são recebidas muito facilmente nas casas mesmo na ausência dos



maridos. Nas palavras de Bruna, responsável direta pela maior parte das visitas e interação pessoal com os moradores:

Fazemos as visitas habitualmente nos finais de semana na comunidade. Quatinga Velho fica a 20km de nosso local de trabalho e vamos com nosso próprio carro fazer as trocas de livros e brinquedos com a Biblioteca e Brinquedoteca Livre. Paramos de casa em casa para que as crianças possam fazer a troca do acervo, e é neste momento que aproveitamos para conversar com os adultos, esclarecer dúvidas e obter algumas informações, sempre de modo informal, de modo a não quebrar a espontaneidade e a naturalidade.

Após o período de 3 a 4 meses sentimos que as pessoas estavam se abrindo mais, menos desconfiadas, assim foi ficando cada vez mais fácil entender a dinâmica da comunidade, as transformações que estavam ocorrendo e de saber quais benefícios a RB trazia a localidade. Mantemos sempre a comunicação constante, seja nas visitas ou por celular. A forma como se é colocada certas questões é de extrema importância, pois com as diferenças de idade há diferentes maneiras de se comunicar, daí a importância também de, durante as visitas, irem 2 voluntárias, Bruna e Marli, de idades diferentes, que abordam o mesmo tema de maneira distinta em cada residência.

Nestas visitas semanais costumamos entrar nas casas das pessoas e conversar demoradamente, sem pressa, ao contrário dos dias de pagamento, que por questões de segurança são feitos de forma mais rápida e sem uma data prevista, embora sempre no início ou final de um determinado mês, de modo a que as pessoas possam contar com ele.”

A pedagogia utilizada no projeto não se limita ao relacionamento com os moradores. Está presente em toda a comunicação à sociedade e incide inclusive sobre os próprios agentes como processo de aprendizado. Sendo que em todas as instancias o fundamento aplicado é o mesmo: o da inspiração.

A pedagogia da inspiração se baseia no conceito de *nimeses*, onde é o ato em si que compõe a comunicação do seu sentido na medida em que vem carregado de significado condizente com o princípio que o motiva. A palavra é complemento da ação enquanto ato crítico, reflexivo e literalmente provocação para uma nova ação ou renovação. É, portanto, uma pedagogia que invoca a prática e participação crítica, como um processo pedagógico não só mediado pela própria realidade, mas que se constrói ao mesmo tempo e em correspondência com a transformação da realidade que o projeto desencadeia.

O aprendizado não se faz em salas, ou ambientes fechados, encenados e separados do mundo real, sem ao mesmo tempo tomar o mundo dado ou imposto como o único possível, se faz no mundo mais do que possível, um mundo que vai se construindo e concretizando durante o próprio processo de aprendizado como transformação e superação do real.

Uma RB provida sem que os participantes sequer saibam que a estão recebendo; sem sequer ter noção do que ela signifique; e pior sequer sabiam o que é um direito, pode até ser considerada como uma RB por estudiosos na análise de sua definição, mas não é propriamente uma RB justo para aqueles que ela mais importa, os a que recebem.



De fato postulamos que onde as ações são manifestações do próprio processo pedagógico torna-se dispensável a criação de um ambiente artificial separado para se afirmar ou negar aquilo que já se experimenta e apreende de fato no próprio convívio cotidiano. Com base no experimentado afirmamos que, a educação cívica e social não se faz nas escolas, mas dentro da própria sociedade do qual as escolas são apenas mais um componente. De um modo geral o melhor meio de educar é dando ao mundo e a própria sociedade em que estamos imersos o caráter e, sobretudo, o significado daquilo que pretendemos ensinar.

Augusto Pereira, Bruna; Brancaglione, Marcus Vinicius. Relatório crítico e analítico da experiência de renda básica garantida em Quatinga Velho. ReCivitas, 2012.

Desde 2009 o número de participantes permanece estável em aproximadamente 100 pessoas. Após avaliações e publicações dos papers e estudos independentes acerca do desenvolvimento humano e econômico promovido pela experiência desta modalidade de distribuição de renda, a qual para nós, a afirmação do professor Tadashi Okanouchi de Tóquio é emblemática para nós, e claro não vamos perder a chance de citá-la:

“O projeto é bem pequeno, mas mostra um inacreditável gigantesco potencial e possibilidades para o desenvolvimento social e econômico da comunidade local. Eu ousou dizer que o projeto marca um ponto de virada na Historia Mundial de fome e miséria. Porque na localidade do projeto, nós pudemos finalmente encontrar evidências empíricas da eficácia de um novo e simples meio para erradicar a pobreza no mundo.” Prof. Tadashi Okanouchi, Hosei University em Tóquio, 2011.

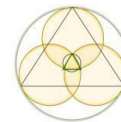
O projeto passou para uma nova fase: a experimentação integrada com o microcrédito.

A característica mais importante deste microcrédito é que seu pagamento é descontado automaticamente da própria renda básica que distribuimos. Ou seja, enquanto a renda básica for garantida, não há inadimplência. O desafio, portanto é gradualmente formar um microsistema dinâmico de autofinanciamento, onde o microcrédito retroalimenta a renda básica que por sua vez garante o microcrédito, emancipando a comunidade dos programas governamentais e diminuindo ao máximo a necessidade de captação de recursos externos.

Além de erradicar a pobreza política e econômica nosso objetivo é a formação de um novo sistema de previdência social privada, porém ainda sim de interesse público dados suas características redistributivas. Ele está baseado na tese fundamental que o bem público pode e deve ser provido com eficiência sem o instituto de um monopólio.

Essa rede de seguridade social sem fronteiras atuária, portanto como um banco provendo o serviço de microfinanças através da integração do microseguro em renda básica e microcrédito.

O Microsistema auto-sustentado de desenvolvimento socioeconômico, trata-se da combinação de três tecnologias sociais distintas num mesmo sistema integrado em 3 fases. Fase 1: Transferência de Renda Incondicional numa comunidade. Fase 2: microcrédito consignado a estas transferências de renda garantida. Fase 3: Moeda digital P2P conectando investidores sociais e tomadores de empréstimos (fase2).



A Fase 1 está Completa devidamente Reportada e foi Avaliada por estudos internacionais independentes. Fase 2. Em fase adiantada e com resultados concretos. Relatórios em Publicação e abertura para avaliações independentes 2013. FASE 3: Início no Segundo semestre de 2013.

Diferentemente das transferências de renda convencionais condicionadas e governamentais, o sistema privilegia a livre iniciativa, o desenvolvimento da responsabilidade através do estímulo da liberdade individual, e relações de reciprocidade e confiança no lugar de vigilância e cobrança, fortalecendo o capital social.

O MC consignado, conforme o espírito libertário do projeto, não preestabelece autocraticamente os juros, mas recebe contribuições voluntárias estabelecidas e mantidas pelos próprios tomadores de empréstimos através de compromissos de doação. Tais compromissos cruzados com a efetivação dos mesmos compõem a base de cálculo do algoritmo de reputação, construídos a partir dos conceitos de solidariedade e confiabilidade e que definirá, automaticamente, a prioridade de acesso ao crédito, rodada a rodada do sistema.

O modelo está todo fundamentado na reputação dos indivíduos. Reputação de solidariedade e confiabilidade. A solidariedade sendo o principal critério e a confiabilidade o critério complementar. A RB funciona como catalisador material e psicológico do sistema quebrando o ciclo de privação e pobreza. O microcrédito consignado a esta RB funciona tanto como potencializador dos empreendimentos já despontados, como retroalimentador do sistema. RB e MC neste momento passam a produzir uma microeconomia equilibrando oferta e procura. A moeda digital entra para capitalizar o sistema e devolver ao investidor social a rentabilidade financeira.

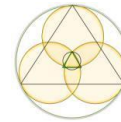
Próximos Passos

Juridicamente elaborado em parceria com a Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr & Quiroga advogados, o Fundo de Investimento do ReCivitas foi constituído como um novo tipo de endowment que permite o financiamento direto da Renda Básica pela pessoa física ou jurídica através de Investimento Social. Onde parte do rendimento de um Fundo de Renda Fixa é destinada a Renda Básica Garantida, ou mais especificamente, aos projetos ou comunidades.

Em fase de captação de recursos desde 2011, embora já possua potencialmente os recursos para bancar uma Renda Básica Garantida no mínimo para a comunidade de Quatinga Velho, o Fundo ainda carece de capital para viabilizar seus custos administrativos e burocráticos já que é, de fato, um Fundo de Investimento a ser devidamente registrado na CVM.

No entanto, não são apenas os entraves burocráticos as maiores dificuldades para se constituir capital de Fundo de Investimento exclusivamente destinado a provisão de uma Renda Básica Garantida. O problema é a ingenuidade da Renda Básica Garantida.

Quando falamos em financiar a Renda Básica geralmente estamos falando de uma transferência de renda feita por tributos, pressupondo, portanto não uma conversa com agentes livres, mas ora com políticos detentores do poder de decisão sobre uma massa, ora



com a própria massa que não decide como agente livre, mas como opinião pública, que não decide, opina. Ou seja, tentar convencer alguém que uma transferência incondicional sobre sua contribuição compulsória é a melhor coisa a ser feita com o dinheiro que ele não pode negar é difícil, convencer essa mesma pessoa a contribuir voluntariamente para essa mesma renda básica incondicional é algo praticamente impossível, principalmente num país de cultura colonial e escravagista. O que não quer dizer que, por causa disto, vamos passar a concordar a partir de agora que seja justo tomar compulsoriamente aquilo que não conseguimos receber voluntariamente.

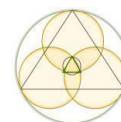
Claro, salvo sempre as exceções, nossa conclusão é que o Fundo de Investimento tem um alcance limitado porque depende exatamente não da regra, mas das exceções. É por isso que perseveramos nele. A pobreza não é propriamente uma falha do sistema, ela é parte fundamental de sua lógica. O Fundo de Investimento para a Renda Básica, portanto poderia também chamar-se com tranquilidade *Fundo de Investimento para a Abolição da Escravidão Assalariada* e seria, seguindo a metáfora, bancada por poucos brancos liberais ou compromissados com a dignidade humana, ou com a revolução industrial. Ou ambas, já que o compromisso com a dignidade humana, não exclui a capacidade de vislumbrar a transformação da nova fase do sistema de produção.

Neste sentido o Fundo é dirigido não apenas as pessoas comprometidas com a liberdade humana, mas com a visão para investir no futuro do capitalismo cognitivo baseado em livre iniciativa e ócio criativo. Nossas comunidades de Renda Básica não são mais, portanto só projetos pilotos de economia solidária são verdadeiros quilombolas do precariado, núcleos de onde sairão as pessoas livres capazes de produzir voluntariamente o valor simbólico-tecnológico deste novo capitalismo cognitivo.

Capitalistas libertando seus empregados reprodutores, e alimentando vadios para gerar o futuro livre produtor de valores criativos. Inegavelmente uma visão de vanguarda para muito poucos. Sim eles existem, mas assim como poucos foram os verdadeiros abolicionistas em países escravagistas, pedir para um burguês ou um político pagar uma Renda Básica é historicamente tão ridículo quanto pedir para o senhor de escravos libertarem seus negros. Muito mais fácil é contar com a solidariedade internacional, não dos defensores em tese da Renda Básica, mas dos dispostos a bancá-la na prática, solidariedade sabidamente muito mais forte entre os que menos possuem, refletida numa capacidade de doação inclusive monetária, tanto absolutos quanto relativos muito maiores quanto menos privilegiada é a classe social.

Tendo isto em mente e que as instituições mais longevas ou “sustentáveis” da humanidade não são aquelas que se provém de contribuições compulsórias ou tributos, mas de contribuições voluntárias ou doações, e evidentemente nos eximindo de fazer qualquer julgamento moral de uma ou de outra, passamos a considerar o caráter voluntário de nossas contribuições não mais como um defeito, mas como uma qualidade de nosso modelo. Qualidade que combinado a outro “defeito” do modelo, as dimensões diminutas de cada núcleo da rede, que cria uma nova arquitetura para o sistema.

Desde o princípio concebemos essa rede, não apenas como uma rede de financiadores, mas como uma rede de proteção mútua ou universal sem fronteiras, desenhada na forma de um



Banco Social de Internet. Em outras palavras, antes do Fundo de Investimento, nosso plano de financiamento da Renda Básica era o BIGBANK. Ou seja, bancar a Renda Básica através do associativismo financeiro, ou tecnicamente um contrato de segurança mutualista onde todos contribuem equitativamente para a provisão de uma Renda Básica igual para todos.

Como uma iniciativa independente, o ReCivitas encontrou um caminho para a viabilização do projeto do BIGBank, o Banco de Renda Básica Garantida, e esse caminho foi a moeda digital descentralizada, chamada de BITCOIN. Na verdade um meio de pagamento.

Considerando que a formação de agentes capacitados para trabalhar não apenas com a metodologia e pedagogia envolvidas no projeto-piloto é fundamental, mas que é essencial formar agentes capacitados para trabalhar com a incondicionalidade e aplicar o espírito universalista e libertário inerentes a própria Renda Básica aplicada, O ReCivitas, passará a ministrar em parceria com a UNISA, a partir de 01 de Julho de 2013 curso de extensão universitária “Empreendedorismo Social e a Renda Básica”, capacitando agentes multiplicadores e compartilhando a replicação do modelo autônomo de Renda Básica desenvolvido em Quatinga Velho.

Os cursos ainda contarão com professores e estudantes de outros países interessados em estudar o modelo de Quatinga Velho, servindo de núcleo de estudos para a formação de novos projetos de campo e experiências em Renda Básica, e base de intercambio. Sendo que os recursos financeiros gerados servirão para cobrir os custos operacionais dos projetos pilotos financiados diretamente pelo ReCivitas, ou a serem contemplados por chamamento público.

Assim, devido a possibilidade criada pela abertura do projeto BIGBANK no BITCOIN, finalmente se torna possível ao ReCivitas financiar novas comunidades e projetos, imediatamente sem ter que aguardar a criação e capitalização do Fundo de Investimento.

Os chamamentos serão dirigidos tanto a ONGs quanto a municipalidades, ou ainda comunidades a serem constituídas especialmente para tanto. E terão por objetivo o cancelamento de projeto de Renda Básica e Crédito-Social para serem financiados através do ReCivitas.

Na verdade, a Renda Básica embora seja uma das causas mais importantes do século XXI tem em seus defensores uma rede muito fraca no sentido prático ou do interesse social, embora muitas pessoas estejam verdadeiramente comprometidas, a rede em si, inexistente como movimento e o movimento inexistente como ato libertário, não são ações, mas publicações acadêmicas e políticas voltadas mais para penetrar no status do que propriamente alterá-lo. Mesmo as experiências parecem não ter finalidade outra senão ser um meio ao mesmo fim.

É por isso que temos cada vez mais visto com simpatia a idéia de o Fundo de Investimento à causas difusas da sociedade civil, até mesmo porque se nunca fomos bem digeridos como propositores estatais da RB, o que é compreensível, vemos cada vez mais o modelo da RB criado como base no paradigma libertário das redes, economias solidárias e democracia direta, é de fato, um modelo novo que não se enquadra na velha definição de renda básica e agora, assumidamente subversivo não faz mais a mínima questão de se enquadrar às definições preestabelecidas.



Associar-se a organizações e pensadores verdadeiramente libertários, compromissados com as construções de alternativas econômicas transformadoras da realidade social sempre foi a estratégia mais viável a construção de uma economia de Renda Básica. Mas há que nos perdoar, sem experiência é difícil diferenciar o joio do trigo.

Mas há que continuar tentando, especialmente porque são os valores fundamentais da incondicionalidade, respeito à dignidade e liberdade humana, e universalidade que parecem estar se perdendo dentro de definições de Renda Básicas cada vez mais amplas e cada vez mais lenientes com regimes autoritários, programas higienistas, e governos populistas.

Por isso ainda que irrelevante, Quatinga Velho parece persistir apenas para lembrar que na real não há incondicionalidade ou direitos fundamentais em contratos sociais intermediados, nem universalidade num mundo cortado por fronteiras imaginárias.

i Taquarussu praticamente é propriedade particular de uma única família. O que seria um sério obstáculo a continuidade do projeto caso esta não só não apoiasse mas passasse a se opor a RB.

ii Dill, Alexander. Local commons in rural São Paulo. Survey conducted by the Basel Institute of Commons and Economics and the Instituto pela Revitalização da Cidadania, 2011.

iii Orlando Villas-Boas.

iv No Brasil, graças a ONGS envolvidas em parcerias corruptas com o poder público, o Terceiro Setor como um todo se aproxima de desfrutar quase que da mesma credibilidade do setor governamental.